

O ESTADO DE S. PAULO

Procuradoria

avalia 'saída

honrosa' para

Dallagnol

10 OUT 2019

Promovido ao cargo de procurador regional, ele deixaria a força-tarefa da Lava Jato

Breno Pires / BRASÍLIA

Procuradores discutem nos bastidores o que poderia ser uma “saída honrosa” para Deltan Dallagnol da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. A ideia seria promovê-lo ao cargo de procurador regional, para atuar na segunda instância do Ministério Público Federal, o que o afastaria da operação. Para isso acontecer, porém, Dallagnol precisa se candidatar à vaga.

Dallagnol é o titular da Lava Jato desde o início, há cinco anos, período em que a operação levou dezenas de empresários e políticos à prisão. Nos últimos meses, porém, teve a conduta contestada após a divulgação de conversas privadas no Telegram com integrantes de sua equipe e com o então juiz e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro. Eles não reconhecem a autenticidade das mensagens. As conversas reforçaram representações contra Dallagnol no Conselho Nacional do Ministério Público, que fiscaliza a atuação de procuradores.

A decisão pela promoção cabe ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, formado por dez subprocuradores e presidido pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

Há, no momento, dez vagas abertas para procurador regional – cinco por antiguidade e outras cinco por merecimento – e mais uma prevista até o fim do mês. Dallagnol precisaria se candidatar a uma vaga por mérito.

Segundo o **Estado** apurou, aliados de Dallagnol se dividem quanto à possibilidade de o procurador concorrer. Segundo Januário Paludo, um dos mais experientes da equipe da força-tarefa, ainda não é hora de o procurador sair. “Essa é uma questão pessoal dele. A operação ainda está em curso. Temos trabalho para pelo menos dois anos”, disse Paludo ao **Estado**.

Por outro lado, defensores da promoção a Dallagnol argumentam que isso seria uma forma de reconhecimento pelo bom trabalho na Lava Jato. Ao mesmo tempo, poderia reduzir o desgaste na imagem da operação, sobretudo pela exposição pessoal do procurador após as divulgações das mensagens.

O procurador evita falar do assunto. Questionado pela reportagem, Dallagnol não comentou. Mesmo seus interlocutores afirmam não saber qual será a decisão. Quem acenou com a possibilidade publicamente foi Aras. “Vai haver a promoção de 11 procuradores regionais da República nas próximas sessões. Ele (Dallagnol) pode ser promovido, até porque é um direito de-

le. Nem por isso deixará de responder (a representações no Conselho Nacional do MP)”, disse o procurador-geral da República em entrevista ao jornal *Valor Econômico* publicada na segunda-feira passada.

Críticas. Diferentemente de sua antecessora no cargo, Raquel Dodge, Aras defende a análise das mensagens atribuídas a procuradores e divulgadas pelo site The Intercept Brasil e outros veículos. Em sabatina no Senado, no mês passado, o procurador-geral fez críticas ao que considera “excessos” da Lava Jato e, especificamente, à conduta de Dallagnol. “Talvez tenha faltado nessa Lava Jato a cabeça branca, para dizer que tem certas coisas que pode, mas tem muitas outras coisas que nós não podemos”, disse Aras.

Apróxima sessão do Conselho Superior do MPF está marcada para 5 de novembro, e o tema das promoções deve entrar na pauta.

10 OUT 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Dallagnol se escora em grupo de senadores

O procurador da República Deltan Dallagnol estreitou sua relação com o “Muda Senado”. A ideia é se contrapor a um movimento de deputados que se aproveitam deste momento de recuo da Lava Jato para enfraquecê-la de vez. Dallagnol reuniu-se com senadores do grupo em um hotel em Brasília para debater iniciativas de fortalecimento do Ministério Público e da magistratura. Foram mapeados mais de 600 projetos em tramitação no Congresso, sendo 174 no Senado, que poderiam ter andamento mesmo com a recusa da Câmara em pautá-los.

● **Sinal Vermelho.** Entre as pautas que ativaram o alerta da turma, estão a redução das férias de 60 para 30 dias para o Judiciário e procuradores e o fim da apsentadoria compulsória como sanção disciplinar.

● **Reincidente.** Esse não foi o primeiro encontro com a participação de Deltan. No fim de outubro, o procurador participou de outro na casa de Juíza Selma.

10 OUT 2019

O ESTADO DE S. PAULO

DEPOIS DE CRÍTICAS, JANTAR COM MORO

Restaurante é palco de encontros inusitados



PSL. Moro (à dir.) com Bivar em restaurante de Brasília

No mesmo dia em que o presidente Jair Bolsonaro disse que Luciano Bivar, presidente do PSL, está “queimado para caramba”, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, jantou anteontem com o deputado e outros parlamentares da sigla em um restaurante de Brasília. A justificativa foi a de que era preciso discutir o pacote anticrime.

Antes de Moro chegar, Bivar teve conversa reservada com parte da bancada. O Estado apurou que houve um desagravo ao presidente do PSL – correligionários estranharam o ataque público de Bolsonaro a Bivar.

No mesmo restaurante estavam os procuradores Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon, da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. Ambos tiveram diálogos vazados pelo site The Intercept Brasil e enfrentam um desgaste de imagem.

Como se já não bastassem os encontros fortuitos, o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) protagonizou mais um. Logo que chegou ao restaurante, foi direto cumprimentar um jornalista, sem saber que ele estava

com Dallagnol e Pozzobon. Assim, Jucá se viu cercado pela Lava Jato – Moro de um lado e os procuradores de outro. Em 2016, o emedebista deixou o cargo de ministro do Planejamento (governo Temer) após vir à tona gravação em que ele dizia ser preciso “estancar essa sangria”, em referência à Lava Jato.

Não foi apenas Jucá que passou aperto. Quando viu Moro entrar no restaurante, Dallagnol se levantou certo de que o ministro iria cumprimentá-lo. Nada disso. Atrasado, o ministro apressou o passo para o local reservado pelo PSL e foi direto cumprimentar Bivar. Deixou o ex-colega de Curitiba no “vácuo”. Ao Estado, justificou nem ter visto Deltan. “Brasília é muito pequena mesmo.” / R.O., BRENO PIRES

e DIDA SAMPAIO

10 OUT 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Janot se afasta temporariamente da advocacia

● Sob alegação de “evitar constrangimentos”, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot comunicou ontem à Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal seu afastamento da advocacia. Ele pediu a suspensão da matrícula de advogado até 5 de novembro, quando será ouvido no

Tribunal de Ética e Disciplina da OAB no DF, onde mantém a inscrição para o exercício da profissão.

Sob pressão de políticos e até de antigos aliados desde que admitiu publicamente, conforme antecipou o Estado, ter planejado matar o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, Janot decidiu se afastar da atividade que assumiu após se aposentar da carreira de procurador do Ministério Público Federal. Na semana passada, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) ingressou na OAB-DF com pedido de suspensão por 180 dias da carteira de advogado de Janot para “apuração psicológica e toxicológica” do ex-procurador-geral.

Nesta semana, Janot lançou em São Paulo e em Brasília seu livro *Nada Menos que Tudo*, em que destaca as passagens mais marcantes de sua gestão (2013-2017) na chefia do Ministério Público Federal e da Lava Jato. O episódio envolvendo Gilmar é mencionado, sem citar nomes. /

LUIZ VASSALLO e FAUSTO MACEDO

10 OUT 2019

FOLHA DE LONDRINA

Ex-presidente da AL é alvo de ações públicas do MPPR por improbidade

Investigação aponta irregularidades na contratação de servidores para o gabinete na Assembleia entre 1992 e 2010; tucano nega

Ex-deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB) nega acusação de ter empregado funcionários fantasmas em seu gabinete e diz ter sido alvo após promover "faxina" na AL

Pedro Moraes

Reportagem Local

Ex-presidente da AL (Assembleia Legislativa do Paraná), o ex-deputado Valdir Rossoni (PSDB) é alvo de duas ações civis públicas, propostas pela 6ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público da Capital, em Curitiba, do MPPR (Ministério Público do Paraná). Os processos foram originados de denúncias e apontam cumulação irregular de cargos de funcionários do gabinete e nomeação fictícia de dois funcionários fantasmas de 1992 a 2010. Há ainda uma terceira ação ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público, que trata de apuração sobre a nomeação fictícia de dois funcionários fantasmas para atuação no gabinete do então deputado, de 2003 a 2010. Os prejuízos aos cofres públicos ultrapassam R\$ 142 milhões. "O que foi visto é a prática de improbidade administrativa. O que

foi observado é que um servidor de confiança do então deputado fazia saques sequenciais com os cartões dos funcionários, no fim do expediente bancário", explica a promotora Luciane Teixeira de Freitas.

Segundo o MPPR, na ação por cumulação cabem as punições ao ex-deputado e a dois servidores ligados aos fatos descritos na lei de improbidade administrativa, como perda de eventual função pública que estejam exercendo, suspensão dos direitos políticos, ressarcimento dos danos ao erário e pagamento de multa. As ações requerem, liminarmente, o bloqueio de bens dos réus no montante de R\$ 1.655.183,12. O juiz responsável, no entanto, não acatou o pedido. Segundo a promotora, um reflexo da aplicação nos termos da recém-aprovada lei de Abuso de Autoridade.

Nas ações relacionadas aos funcionários fantasmas, o MP apurou em uma delas que, com auxílio de uma servidora, que acabou listada como

é, o então deputado teria nomeado para cargos comissionados no seu gabinete pessoas que sequer sabiam que haviam sido nomeadas, familiares da servidora que não exerciam efetivamente o cargo e outras pessoas que não prestavam serviço ao Legislativo. Foram identificados ao menos 12 servidores nessa situação. Nessa ação, os promotores requerem a condenação às mesmas sanções e ainda a indisponibilidade de bens dos réus no valor de R\$ 119,2 milhões. Sobre a ação dos funcionários fantasmas, o valor apontado é de R\$ 23,5 milhões. Os valores já estão acrescidos de multas. Esses valores também não foram bloqueados pelo juiz.

CONTINUA

10 OUT 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DEFESA

O ex-deputado Valdir Rossoni se pronunciou por meio de nota. "O MP delira nas suas denúncias. Estou pagando caro pela faxina que fiz na Assembleia Legislativa e que, aliás, até o momento não resultou em nenhuma investigação por parte do Ministério Público. Esta última denúncia será apurada e certamente a Justiça fará com que a verdade prevaleça", disse o político. O advogado do ex-presidente da AL, Cid Campello, afirmou que o MPPR demonstra "inaptidão" para estar ao menos perto do tempo dos fatos por propor ação de improbidade por supostos atos irregulares ocorridos no começo do século. "A promotora de Justiça falta com a verdade quando diz que foi Rossoni quem nomeou os supostos funcionários, assim como diz a verdade quando resulta da sua narrativa que Rossoni nunca, ou seja, em nenhum momento recebeu qualquer importância de funcionário da Assembleia. Com certeza, mais uma ação que será julgada improcedente", concluiu.

10 OUT 2019

FOLHA DE LONDRINA

TRF4 confirma segunda condenação de André Vargas

Reportagem Local

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou nessa quarta-feira (9), por unanimidade, a segunda condenação por lavagem de dinheiro do ex-deputado federal André Vargas nos autos da Operação Lava Jato. Ele teve a pena mantida em 6 anos de reclusão. Na mesma ação, também tiveram a condenação confirmada o irmão dele, Leon Denis Vargas Ilário, o empresário Marcelo Simões e a contadora Meire Bonfim da Silva Poza.

No entendimento da Justi-

ça, Vargas, à época dos fatos deputado federal pelo PT, usou de sua influência política com funcionários ainda não identificados da Caixa Econômica Federal para que a empresa IT7 Sistemas, pertencente a Marcelo Simões, fosse contratada pelo banco para fornecimento de software e prestação de serviços de informática pelo valor de R\$ 71,3 milhões.

Em contrapartida, a IT7 repassou R\$ 2,4 milhões a André Vargas. A origem do dinheiro, segundo a denúncia, foi ocultada por meio de notas fiscais de serviços não prestados pelas empresas Arbor

Consultoria e Assessoria Contábil e AJJP Serviços Administrativos e Educacional, controladas por Meire. Os valores foram sacados em espécie e repassados a Leon Denis por Alberto Youssef.

Os quatro réus foram condenados por lavagem de dinheiro pela 13ª Vara Federal de Curitiba em 17/08/2018. Varhas, Leon e Simões recorreram ao tribunal. O Ministério Público Federal também recorreu. Leon, Simões e Meire tiveram as penas recalculadas em função da diminuição do agravante da culpabilidade.

Governo do PR deve acatar três emendas ao projeto das licenças-prêmio

Curitiba - O governo Ratinho Junior (PSD) deve acatar ao menos três das 32 emendas apresentadas ao projeto de lei complementar 9/2019, que extingue a licença-prêmio do funcionalismo. Após aprovação em primeiro turno, a proposta retornou nessa quarta-feira (9) para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde recebeu pedido de vista.

Segundo o vice-líder da situação, Tiago Amaral (PSB), a expectativa é que a matéria seja votada novamente em plenário na semana que vem. (Mariana Franco Ramos/Reportagem Local)

10 OUT 2019

BEMPARANÁ

'FANTASMAS'

Rossoni é alvo de três novas ações

O Ministério Público estadual confirmou ontem que entrou com duas ações contra o ex-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), por meio da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público da Capital, em razão da contratação de funcionários "fantasmas" entre 1992 e 2010, e pela cumulação irregular de servidores em seu gabinete. Uma terceira ação foi ajuizada também pela contratação de dois funcionários "fantasmas" para atuação no gabinete do então deputado de 2003 a 2010.

Em uma das ações, o MP pediu a condenação do ex-deputado e dos dois servidores que cumularam funções irregularmente. As ações pedem ainda, liminarmente, o bloqueio de bens dos réus no valor de R\$ 1.655.183,12.

Já nas ações relacionadas aos funcionários fantasmas, o Ministério Público aponta que, com auxílio de uma servidora, o então deputado teria nomeado para cargos comissionados no seu gabinete pessoas que sequer sabiam que haviam sido nomeadas, familiares da servidora que não exerciam efetivamente o cargo e outras pessoas que não prestavam serviço ao Legislativo. Foram identificados ao menos 12 servidores nessa situação, de acordo com a promotoria. O objetivo seria desviar os salários desses funcionários. Também nessa ação, o MP pede a condenação às mesmas sanções, e o bloqueio de bens dos réus no valor de R\$ 119.216.330,00.

Em outra ação sobre funcionários "fantasmas", o Ministério Público pediu o bloqueio de bens do ex-deputado e dois ex-servidores no valor de R\$ 23.575.352,40.

Defesa - Em nota, a defesa do tucano negou as acusações, afirmando que o MP "falta com a verdade quando diz que foi Rossoni quem nomeou os supostos funcionários".

10 OUT 2019

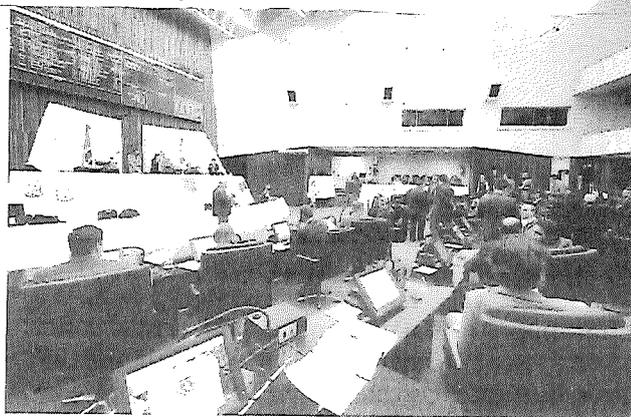
BEMPARANÁ

MP cobra da Alep controle sobre gastos de deputados

Promotoria aponta “inconsistências” em prestação de contas de parlamentares

O Ministério Público estadual emitiu uma recomendação administrativa ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB) e ao primeiro-secretário da Casa, Luiz Cláudio Romaneli (PSB) cobrando maior controle e transparência sobre os gastos dos parlamentares com a chamada “verba de ressarcimento”. Segundo o órgão, investigações identificaram “inconsistências na prestação de contas dessas verbas, que ainda estão sendo apuradas. Cada um dos 54 deputados estaduais têm direito a R\$ 31.470,00 ao mês para gastos com telefone, transporte, alimentação e outras despesas do mandato.

Segundo a promotoria, foi constatado ainda que o portal da transparência da Assembleia não divulga todos os dados referentes às despesas ressarcidas. O MP recomendou que a Assembleia tome uma série de providências para controlar o ressarcimento e a divulgação das despesas realizadas pelos deputados. Entre elas, está a unificação da normatização a respeito do ressarcimento de despe-



Assembleia: deputados têm verba de R\$ 31,4 mil

– atualmente, o ressarcimento de verbas é regulado por quatro resoluções e quatro atos da Comissão Executiva da Assembleia.

Outras medidas propostas são: adequação jurídica da verba de ressarcimento destinada ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e transporte; aprimoramento da divulgação dos gastos realizados pelos deputados durante a atividade parlamentar, com a ampliação da publicidade e a divulgação de dados abertos sobre os ressarcimentos de despesas, com a exibição, no portal da transparência, de todos os dados relativos a cada despesa, incluindo o documento fiscal com todas as informações,

em local de fácil acesso ao público.

O MP pediu ainda que o ressarcimento de despesas com alimentação, hospedagem e transporte seja feito apenas nos casos em que o deputado esteja no exercício comprovado de atividade parlamentar; restrição do ressarcimento com despesas de deslocamento ao estritamente necessário para que o deputado exerça suas atividades; restrição ao acúmulo de créditos de verbas não utilizadas nos seis meses que antecedem à eleição estadual; não ressarcimento de despesas de deputados licenciados.

O MP deu prazo até o próximo dia 17 para que a direção do Legislativo informe se as recomendações

forem cumpridas

Vigilantes

A iniciativa do Ministério Público ocorre no momento em que a Assembleia vem sendo questionada na Justiça pela Organização Não-Governamental (ONG) Vigilantes da Gestão Pública sobre gastos dos parlamentares com alimentação. A ONG chegou a conseguir uma série de liminares determinando o bloqueio de bens de deputados por suposto uso irregular das verbas de ressarcimento.

Em julho, o juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou o bloqueio de R\$ 164 mil em bens do deputado estadual Plauto Miró (DEM) por supostas irregularidades em gastos com alimentação pagos com a chamada verba de ressarcimento da Assembleia Legislativa. Ao todo, cinco parlamentares que tiveram seus bens parcialmente bloqueados a partir de ações da ONG pelo mesmo motivo: além de Plauto, Anibelli Neto (MDB), Francisco Buhner (PSD), Ricardo Arruda (PSL) e o hoje deputado federal Felipe Francischini (PSL). Em agosto, porém, o Tribunal de Justiça do Paraná cassou essas liminares.

10 OUT 2019

BEMPARANÁ

Justiça revoga prisão de três dos acusados e manda tirar tornozeleira Cristiana Brittes

Josianne Ritz

A juíza Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, revogo, ontem, as prisões de David William Vollero, Eduardo Henrique Ribeiro da Silva e Ygor King e mandou suspender o monitoramento eletrônico de Cristiana Brittes. Eles são réus no processo que apura o assassinato do jogador Daniel Correa de Freitas. David, Eduardo e Ygor estão presos na Casa de Custódia e, segundo o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen-PR), deveria soltá-los ainda ontem.

A decisão acata o pedido feito pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) nas alegações finais, apresentadas na terça. No texto, a juíza alega que a decisão acompanha “novos paradigmas” da Lei de Abuso de Autoridade que, segundo a juíza, “demandaria a substituição da custódia cautelar de tais réus por medidas alternativas”.

Com a decisão, apenas o empresário Edison Brittes, que confessou ter matado o jogador, continua preso na Casa da Custódia de São José dos Pinhais.

Crime ambiental

O Ministério Público Federal apresentou nesta semana denúncia contra o vereador de Serranópolis do Iguaçu (região Oeste), Loacir José Dembogurski, por crime ambiental. Segundo os autos de infração, boletim de ocorrência e relatório de fiscalização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o político destruiu 0,3 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação dentro dos limites do Parque Nacional do Iguaçu, que faz divisa com sua propriedade rural.

Floresta

O crime ambiental foi cometido em maio deste ano, quando o vereador realizou a intervenção com um trator, empurrando e derrubando a floresta para dentro da Unidade de Conservação e danificando a cerca de delimitação do Parque. Além de derrubar espécies nativas, o vereador danificou aproximadamente 150 postes de concreto do Parque. O parlamentar, que confessou o crime durante a vistoria realizada em sua propriedade, foi autuado a pagar multa administrativa de R\$ 14 mil e foi preso em flagrante, sendo concedida liberdade provisória mediante o pagamento de fiança no valor de R\$ 2 mil.

MP pede quebra de sigilo de ministro

O procurador de Justiça de São Paulo Ricardo Dias Leme se manifestou a favor da quebra de sigilo bancário e fiscal do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em um inquérito civil que apura suposto enriquecimento ilícito. Salles reagiu enfaticamente à argumentação do procurador: “alegações absurdas, que destoam, inclusive, do que já consta do próprio inquérito”.

Em primeira instância, o pedido do Ministério Público Estadual foi rejeitado. O promotor Ricardo Manuel Castro, autor do requerimento, recorreu ao Tribunal de Justiça (TJ). Na Corte, a Procuradoria-Geral de Justiça tem competência para avaliar o recurso. Em parecer, Dias Leme opinou para que o apelo seja acolhido.

Dias Leme se refere a processo em que Salles, enquanto secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, durante a gestão do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), foi sentenciado sob a acusação de favorecer empresas de mineração em 2016 ao mudar os mapas de zoneamento.

10 OUT 2019

BEMPARANÁ

CONSELHO TUTELAR DE CURITIBA

Cronograma do processo é divulgado, mas sem data de nova eleição

Período de campanha deve começar no dia 18 de outubro e outros prazos se estendem até o dia 31 há 180 candidatos para 50 vagas

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comtiba) divulgou na terça-feira o novo cronograma no processo de eleição para o Conselho Tutelar de Curitiba. A data da nova eleição, no entanto, não foi divulgada. O primeiro processo eleitoral aconteceu no domingo passado, mas ele foi anulado.

O cronograma apresenta prazos até o dia 31 de outubro, para os processos de análises de recursos, indicação de testemunhas e reunião. É certo que a campanha recomeça no dia 18 de outubro. Até lá, a data da eleição deve ser definida.

O processo eleitoral foi cancelado porque, segundo o Ministério Público do Paraná (MPPR), em seis regionais de Curitiba foram encontradas urnas que apresentavam diferenças entre os nomes e as fotos dos candidatos. De acordo com a Fundação de Ação Social (FAS), a anulação teve o aval também da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em Curitiba, serão eleitos 50 novos conselheiros, cinco em cada uma das dez regionais administrativas da cidade, para a gestão 2020/2023. Essa é uma das eleições mais concorridas dos últimos dez anos, com 180 candidatos na capital. Em 2015, data das últimas eleições, o pleito contou com 105 candidatos. O número de eleitores também cresceu de 21.574, em 2015, para 23.610 neste ano.

A posse dos novos conselheiros está marcada para dia 10 de janeiro de 2020. O conselheiro tutelar deve ter dedicação exclusiva ao cargo e, por isso, o cargo tem remuneração de R\$ 4.726,09. A Justiça Eleitoral cede urnas, tanto de lona quanto eletrônicas, para a realização do pleito, que é organizado pelas comissões eleitorais dos conselhos tutelares com o auxílio das zonas eleitorais.

10 OUT 2019

TRIBUNA DO PARANÁ SEM TORNO- ZELEIRA

Juíza libera Cristiana Brittes de usar
equipamento de monitoramento e
libera mais três acusados da prisão

Mellanie Anversa
Gazeta do Povo

Ré no processo da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, Cristiana Brittes que saiu da cadeia no último mês de setembro não vai mais precisar usar tornozeleira eletrônica, decidiu ontem a juíza Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, na região de Curitiba. A juíza também mandou soltar mais 3 acusados pelo crime: David Willian Silva, Ygor King e Eduardo Henrique Ribeiro da Silva.

Com isso, Edison Brittes, marido de Cristiana e assassino confesso do jogador, é o único dos sete indiciados que permanece preso.

Pela determinação, embora soltos, os réus terão de cumprir algumas medidas. Eles não poderão sair de casa durante a noite ou em dias de folga e estão proibidos de irem a bares ou casas noturnas. Também terão de comparecer todos os meses à Justiça e não podem ter contato com os demais envolvidos no processo, incluindo Cristiana e Allana Brittes, que deixaram a prisão recentemente. Evellyn Brisola, outra envolvida, não chegou a ser presa.

Segundo o advogado de Cristiana, Cláudio Dalledone Junior, ela deve retirar a torno-

zeleira eletrônica ainda hoje. No entanto, as outras medidas impostas continuam válidas, o que significa que ela não pode sair de São José dos Pinhais, nem ter contato com a filha Allana Brittes.

O advogado de defesa de David e Ygor, Rodrigo Faucz, disse que a decisão da juíza de soltar seus clientes já era esperada. "Não há motivo para a prisão preventiva deles neste momento, é normal que eles sejam soltos", comentou o advogado.

Já a defesa da família do jogador prefere não se manifestar no momento, pois fará isso diretamente à Justiça, em breve. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de um dos acusados.

Em nota, a defesa do réu confesso Edison Brittes, preso há 11 meses, disse que entrará com pedido de liberdade de Brittes em breve. Para eles, o réu não oferece risco nenhum no curso do processo.

Todas as decisões da juíza saíram um dia após o Ministério Público (MP) solicitar à Justiça que os sete réus da morte do jogador sejam levados a júri popular. Agora, cabe à juíza Luciani Regina Martins de Paula decidir.

10 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

Ex-assessora de Janot assume Lava Jato em SP

Procuradora Janice Ascari substitui Anamara Osório, que integrará equipe do novo PGR, Augusto Aras, em Brasília

Walter Nunes

SÃO PAULO A procuradora da República Anamara Osório vai deixar o comando da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo para fazer parte da equipe do novo procurador-geral da República, Augusto Aras.

Em seu lugar, assume a chefia da operação a procuradora regional Janice Ascari, que foi até 2017 assessora do ex-procurador-geral Rodrigo Janot.

Anamara vai assumir a vice-chefia da Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Ela foi convidada pelo titular do departamento, Hindemburgo Chateaubriand.

A portaria com a nomeação foi publicada nesta terça-feira (8). O procurador André Lasmarr, também da força-tarefa paulista, segue com Anamara para Brasília para assumir o cargo de segundo secretário adjunto da Secretaria de Cooperação Internacional.

A nova comandante da Lava Jato paulista já integrava a equipe da força-tarefa. Janice atuou como advogada no começo da carreira e em 1992 ingressou no Ministério Público. Ela foi responsável pela Operação Anaconda, em 2003, que desvendou um esquema de venda de sentença por magistrados paulistas. O juiz federal João Carlos da Rocha Mattos foi condenado e preso nesta operação.

Ela denunciou também o ex-senador Luiz Estevão e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, presos por desvios de ver-

bas na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Em 2015, a procuradora foi condenada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em um processo movido pelo juiz federal Ali Mazloum, da Justiça Federal de São Paulo, por crime contra a honra.

A Corte Especial do Tribunal julgou parcialmente procedente a ação penal devido a uma crítica publicada por ela num blog, em que contestava a atuação do magistrado em processo envolvendo a Operação Satiagraha.

Janice foi condenada à pena de oito meses de detenção, além de 30 dias multa, pelo crime de calúnia, substituída por restritiva de direito. Poucos dias depois o próprio STJ decretou o crime prescrito, tornando extinta a punibilidade.

A troca de Anamara Osório por Janice Ascari é a terceira mudança na chefia da operação em São Paulo.

Quando a força-tarefa foi criada, em julho de 2017, o então procurador-chefe do Ministério Público Federal em São Paulo, Thiago Nobre Lacerda, assumiu por um curto período o comando da equipe. Foi substituído, em seguida, pela procuradora Thamea Danelon, que após três meses saiu por motivos pessoais.

Anamara, logo que assumiu, reestruturou o modo de atuação da força-tarefa. Antes, os procuradores trabalhavam em locais distintos e se comunicavam por aplicativos de mensagens.

Na gestão dela, a equipe passou a ter uma sala própria, procuradores exclusivos e novos servidores para o trabalho na operação. Dividiu as tarefas com base na especialidade de cada procurador.

Foram impostas metas à força-tarefa. Um exemplo foi a data-limite de 7 de março de 2019, aniversário de 70 anos de Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, suspeito de ser operador do PSDB e de ter cometido desvios de recursos nas obras do Rodoanel. Parte das acusações contra ele prescreveriam nesse dia.

Até essa data, tinham que ser finalizados dois processos em andamento na Justiça em relação ao operador e entregue uma terceira denúncia contra ele, por lavagem de dinheiro.

Com o caso Paulo Preto superado, as atenções da força-tarefa poderiam se voltar para outros casos. O prazo foi cumprido.

Paulo Preto foi condenado duas vezes no intervalo de 28 de fevereiro a 6 de março.

Uma sentença de 145 anos foi imposta um dia antes do seu aniversário de 70 anos, naquela que é a maior pena da Lava Jato. O engenheiro também virou réu na terceira ação, a de lavagem.

De janeiro para cá, sob o comando de Anamara, a Lava Jato também denunciou o ex-presidente Michel Temer por desvio de dinheiro.

CONTINUA

10 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Os procuradores ofereceram ainda ações de improbidade contra funcionários públicos acusados de desvios em obras do Rodoanel Sul e Norte e também do metrô.

Em setembro, a equipe sofreu uma derrota. O juiz Ali Mazloum, da 7ª Vara Criminal Federal, rejeitou denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso Curitiba, e seu irmão Frei Chico, acusados de se beneficiarem de propinas pagas pela Odebrecht em troca de evitar ações do governo que prejudicassem a empresa petrolífera do grupo baiano. Os procuradores vão recorrer da decisão.

FOLHA DE S. PAULO 10 OUT 2019

MÔNICA BERGAMO

Ex-PGR pede licença da OAB e não poderá advogar

SÃO PAULO O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot pediu licença da OAB-DF. Com isso, fica impedido de advogar. A entidade estudava suspender a carteira dele por pelo menos seis meses, depois que Janot revelou ter planejado assassinar o ministro Gilmar Mendes, do STF.

Duas representações contra ele já tramitavam no conselho da ordem. Uma do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e outra do governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB).

A OAB Janot afirmou que prefere ficar afastado até as representações serem julgadas, para evitar constrangimentos à entidade. **Mônica Bergamo**

PAINEL

A juíza Noemia Porto, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), visitou a Folha nesta quarta. Estava acompanhada de Ronaldo Callado, juiz diretor de comunicação da entidade, e Ana Malta, coordenadora de comunicação.

PAINEL DO LEITOR

Drogas

Lúcida a decisão do ministro Luís Roberto Barroso de revogar a prisão de um homem com 43 g de maconha. Espero que os demais ministros do STF acatem o Recurso Extraordinário 635.659, que pode descriminalizar a posse de maconha e outras drogas. É inaceitável que o Brasil perca em receitas, ao não legalizar a maconha, o suficiente para pagar todas as aposentadorias e gerar mais de 1 milhão de empregos.

Daniel Marques (Virginópolis, MG)

CORDÃO SOLTO

O núcleo de governo mais próximo de Jair Bolsonaro avalia que o presidente não tem tido o apoio da maioria de seus ministros na batalha das redes sociais. Os que o defendem podem ser contados nos dedos.

CORDÃO PUXADO O ministro da Justiça, Sergio Moro, que no passado recente era considerado "ingrato", agora acumula pontos ao defender Bolsonaro nas redes.

CORDÃO PUXADO 2 No domingo (6), ele criticou reportagem da Folha que revelou que um depoimento e uma planilha obtidos pela Polícia Federal sugerem que recursos de esquema de candidaturas laranjas do PSL podem ter abastecido a campanha do presidente por meio de caixa dois.

TELA PEQUENA O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), voltará a dar entrevista para a televisão. Na sexta (11), ele grava para o programa do jornalista Pedro Bial, da TV Globo.

TELA GRANDE Gilmar dará entrevista também para a cineasta Maria Augusta Ramos, que produz um filme sobre os processos de Lula na Lava Jato.

10 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça adia depoimento de militares dos 257 tiros

SÃO PAULO | UOL. Pela segunda vez, a Justiça Militar decidiu adiar o depoimento dos 12 militares envolvidos na morte do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, no dia 7 de abril de 2019.

O adiamento da audiência, originalmente marcada para esta quinta-feira (10), foi concedido pela juíza federal Mariana Aquino Campos depois de um pedido feito pela defesa dos militares. Ainda não há uma nova data para que os militares sejam ouvidos.

O advogado dos militares, Paulo Henrique Melo, argumentou que um dos juízes que participaram do processo se aposentou recente-

mente e não foi formalmente substituído.

Ao todo, segundo o Ministério Público Militar, os agentes dispararam 257 tiros durante a ocorrência em Guadalupe, zona norte do Rio, dos quais 83 atingiram o veículo em que Evaldo e a família estavam. Luciano, que prestava socorro às vítimas, também foi atingido pelos disparos e morreu após ficar 11 dias internado.

Em agosto, o depoimento já havia sido adiado, após a constatação de que a Polícia Militar não enviou para prestar depoimento, conforme solicitado pela defesa dos réus, PMs que chegaram ao local logo depois dos disparos em

uma viatura Ford Ranger.

Esses quatro PMs foram ouvidos nesta quarta-feira (9), como testemunhas de defesa dos militares.

A estratégia da defesa dos militares em pedir o adiamento do interrogatório se baseia no fato deles responderem em liberdade pelo assassinato de Evaldo e Luciano. Em maio, por 11 votos a 3, os ministros do STM (Superior Tribunal Militar) decidiram conceder liberdade aos militares envolvidos na ação.

Os nove militares são réus pelos crimes de duplo homicídio qualificado, tentativa de homicídio qualificado e por não terem prestado socorro às vítimas.

TCU mantém veto a publicidade do pacote anticrime

BRASÍLIA O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou de forma colegiada a suspensão da ação publicitária do pacote legislativo de endurecimento da legislação penal patrocinado pelo ministro Sergio Moro (Justiça).

O relator do processo, ministro Vital do Rêgo, já havia determinado de forma monocrática a suspensão da ação publicitária na terça (8). Nesta quarta (9), a decisão cautelar foi confirmada pela maioria dos colegas. Os únicos votos contrários ao relator foram dos ministros Walton Alencar Rodrigues e Augusto Sherman.

O relator considerou indevido o uso de recursos públicos para a divulgação de um projeto de lei que ainda será analisado pelo Congresso e, por isso, pode sofrer alterações após as discussões.

“Essa publicidade está calcada em um projeto de lei que será avaliado pelos congressistas. Deixem terminar a análise do projeto de lei”, disse. A publicidade oficial do pacote anticrime custou R\$ 10 milhões e a ideia do governo era veiculá-la até 31 de outubro.

O TCU tomou sua decisão em uma representação movida na corte de contas por partidos que fazem oposição ao presidente Jair Bolsonaro (PSL).

O acórdão da decisão desta quarta ainda não foi divulgado. Técnicos do TCU afirmam que a decisão não força o governo a voltar atrás em ações já realizadas, como os painéis publicitários sobre o pacote anticrime instalados na Esplanada dos Ministérios.

Fábio Pupo

10 OUT 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto exige laudo psicológico para soltura de agressor de mulheres

A revogação da prisão preventiva de agressor de mulheres deverá, obrigatoriamente, ter um laudo psicológico. É o que prevê o PLS 423/2018, da senadora Kátia Abreu, aprovado em caráter terminativo ontem pela Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se não houver recurso para apreciação do plenário da Casa, a proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.

O texto altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) para também exigir o laudo para a liberação do agressor preso em flagrante, independentemente de o juiz ter fixado o pagamento de fiança. A avaliação psicológica deve estimar a possibilidade de reincidência do acusado na prática de agressão contra mulheres.

O relator da proposta, senador Otto Alencar (PSD-BA), ao defender a medida,

disse que a revogação da prisão não deve funcionar como um salvo-conduto para a prática de novos crimes. “A agressão contra a mulher é um absurdo, e a covardia sempre vem com recidiva, e o agressor volta a incidir no erro. Para inibir esse ato covarde, nada melhor que fazer o laudo para verificar o grau de probabilidade de o agressor cometer esses atos que devem ser punidos com o rigor da lei”, disse Otto.

Mulheres vítimas de violência têm prioridade na matrícula dos filhos

Filhos de mulheres vítimas de violência já podem ser matriculados em escolas de educação básica perto de sua residência. O Diário Oficial da União, edição de ontem, publica a Lei nº 13.882, de 8 de outubro deste ano, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro nessa terça-feira, que altera a Lei Maria da Penha, para garantir a matrícula, independentemente da existência de vaga.

“A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso”, diz o texto da lei.

10 OUT 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça afasta coordenador da força-tarefa penitenciária no Pará

O juiz federal Jorge Ferraz de Oliveira Júnior, da 5ª Vara da Seção Judiciária do Pará, determinou o afastamento preventivo do coordenador institucional da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no Pará (Ftip), Maycon Cesar Rottava, de suas funções.

Em sua decisão, o juiz destaca alguns relatos de presas. Uma delas afirmou ter perdido, “a visão, ao menos temporariamente, em razão de uso abusivo de spray de pimenta” pelos agentes de segurança. Outra teria sofrido um aborto em virtude de gol-

pes sofridos. Há ainda relatos de detentas colocadas sobre formigueiros ou em locais com fezes de ratos e de outros maus tratos.

A decisão foi motivada por uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

STF: estados devem repassar a municípios 25% dos royalties do petróleo

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 8 a 1, manter a obrigatoriedade de estados produtores de petróleo repassarem 25% dos royalties a que têm direito para todos os municípios de seu território.

A norma, prevista na Lei 7.990/1989, era questionada no Supremo desde 2012 pelo estado do Espírito Santo, que argumentava não caber a uma lei federal estabelecer os critérios para a distribuição dos royalties entre os municípios.

Para o relator da matéria, ministro Edson Fachin, no entanto, a legislação pertinente à distribuição de royalties do petróleo é sim de competência federal, motivo pelo qual “é constitucional a imposição por este instrumento legal [Lei 7.990/1989] de repasse de parcela das receitas transferidas aos estados para os municípios”.